

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projetos
projects

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!20

revista **V!RUS**
V!RUS journal

issn 2175-974x
ano 2020 year
semestre 01 semester
Julho 2020 July



O VAZIO SIGNIFICATIVO DO CÂNON THE MEANINGFUL EMPTINESS OF THE CANON

RUTH VERDE ZEIN

PT | EN

Ruth Verde Zein é arquiteta, doutora em Arquitetura e professora de Teoria e Projeto na Universidade Mackenzie, São Paulo, Brasil. Ela tem mais de uma centena de artigos e diversos livros publicados sobre arquitetura moderna e contemporânea brasileira e latino-americana. rvzein@gmail.com

Como citar esse texto: ZEIN, R. V. O vazio significativo do cânon **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE MARÇO DE 2020

Resumo

A abordagem metodológica proposta neste artigo sugere algumas maneiras apropriadas para estabelecer a existência do cânon historiográfico da Arquitetura Moderna, considerando as obras mencionadas nas principais narrativas históricas consagradas de maneira quantitativa e qualitativa, assim como sua inserção na linha do tempo e na periodização proposta em cada uma dessas fontes. Um cânon estabelecido tende a ser um dado a priori imóvel, que desafia qualquer tentativa metodológica para sua efetiva alteração. Não basta inchar o cânon com a inserção de “novas” informações selecionadas: é necessário também questionar o núcleo da estrutura metodológica implícita do atual cânon, entendendo como, por quem e de acordo com quais narrativas, explícitas ou ocultas, de prestígio e poder geopolítico se outorga um status “canônico” a edifícios, espaços urbanos, fatos, autores, etc. As narrativas escritas consolidadas acerca da história da arquitetura moderna brasileira foram selecionadas como um primeiro estudo de caso para compreender a criação de um cânon particularmente durável e fixo. A confirmação sistemática da existência do cânon é proposta como ponto de partida para sua confirmação e para promover a possibilidade de sua mudança, contemplando os vazios significativos que ele obliquamente define.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna, Historiografia, Levantamento Bibliográfico, Teoria da Arquitetura.

1 Introdução: o vazio significativo do cânon

Na teoria e na prática da história da arquitetura, estabelecer a existência de um cânon não é uma tarefa fácil. Embora um cânon funcione como uma espécie de discurso “naturalizado” que reivindica o direito de ser evidente sem ter que se explicar, é também, e contraditoriamente, uma característica oculta, nunca expondo por quem ou de acordo com quais poderes explícitos ou ocultos o “status canônico” foi concedido. Além disso, como já debatido por muitos autores (BOZDOGAN, 1999; GÜREL, ANTHONY, 2006; JENCKS, 2001; LEATHERBARROW, 2001; LIPSTADT, 2001), não é tão fácil apontar e definir claramente o que torna uma obra

“canônica”; e é ainda mais complicado explicar, de maneira rigorosa, o que pode ser chamado de “narrativa canônica”, apesar de todos sabermos do que estamos falando. Por definição, os cânones são extremamente resistentes a críticas e mudanças. Este artigo sugere uma possível abordagem metodológica para definir adequadamente o que é um cânon – ou, pelo menos, o que ele abrange – motivada por algumas sugestões de abordagem metodológica propostas por Bonta (1977), Torrent (2017) e Lara (2018). Por meio do devido reconhecimento e desconstrução das estruturas canônicas predominantes, seria possível conceber algumas possibilidades de mudança, questionando o próprio núcleo conceitual das narrativas historiográficas canônicas, ampliando os limites atuais do cânon, revisando-o ou (re) estruturando-o. O artigo também apresenta a aplicação dessa metodologia em um estudo em andamento, focado no caso do cânon historiográfico da Arquitetura Moderna Brasileira.

2 Arquitetura Moderna e o estabelecimento de seu cânon

A Arquitetura Moderna Brasileira foi reconhecida desde seu início como um conjunto significativo e coeso de obras e autores. Uma narrativa amadurecida, relatando sua existência e importância, já estava em construção na década de 1930, e persiste quase incólume até hoje. Nascendo do esforço e do mérito de seus protagonistas, foi imediata e providencialmente reforçada por prestigiosos apoios internacionais, a partir da década de 1940 em diante. Essa narrativa consagrada da arquitetura moderna brasileira é permeada por uma condição paradoxal: por um lado, almeja seu reconhecimento como “moderna”, aspirando assim pertencer a uma condição universal mais ampla; por outro lado, deseja ser qualificada como “nacional”, sugerindo a afirmação de características específicas e de uma postura relativamente autônoma. Essa dupla condição confronta e tensiona as narrativas canônicas europeias/do hemisfério norte, da arquitetura moderna – não por conflitar, mas por divergir, embora apenas parcialmente. Quase um século após a sua criação, apesar de discretas variações de tom, essa necessidade de reconhecimento como “moderna e nacional” permanece e prevalece em quase todas as tentativas, nacionais ou internacionais, de estabelecer narrativas panorâmicas sobre a arquitetura brasileira, seja moderna, seja contemporânea. Essa persistência a torna um caso muito interessante e particular de uma narrativa canônica duradoura que, na maior parte dos casos, segue definindo e delimitando, mesmo no século XXI, o que é permitido considerar e entender como Arquitetura Brasileira Moderna; e, por extensão, como Arquitetura Brasileira Contemporânea.

A narrativa historiográfica canônica da arquitetura moderna brasileira estava em construção ao mesmo tempo em que era estabelecida a narrativa historiográfica canônica mais amplamente aceita e “naturalizada” sobre a “arquitetura moderna”. Apesar de ostentar a palavra “Moderna” sem outras qualificações, essa construção narrativa foi fomentada, principalmente, com a ajuda de um seleto grupo de historiadores de origem e/ou influência europeia, que assumiram o papel de vozes orgânicas das vanguardas de alguns dos países europeus do início do século XX. Essa missão se realizou de forma poderosa e eficiente, e sua legitimação foi garantida duplamente. Primeiro, pela extensão temporal dessa chamada arquitetura moderna “universal” para trás, escolhendo cuidadosamente algumas manifestações anteriores como confirmação de suas raízes; segundo, regulando estritamente as condições de admissão em seu seleto domínio, colocando assim quaisquer outras manifestações não conformes, anteriores, subsequentes e/ou paralelas à sombra. Enquanto essa narrativa canônica sobre “Arquitetura Moderna” ainda estava em construção, seus protagonistas já estavam trabalhando ativamente para conceder-lhe uma posição “oficial”, promovendo sua disseminação e reverberação por meio de publicações e enfático proselitismo. A estratégia adotada para garantir o destaque e o comando dessa particular definição de “arquitetura moderna” foi qualificá-la como algo que, por direito, pertenceria exclusivamente ao âmbito europeu. Para garantir essa interpretação, escolheu-se fundamentar seu fulcro de autenticidade, exclusividade, primazia e reserva de mercado na adoção de uma certa condição econômica, política e social circunscrita, definida como a única base legítima para a consideração e interpretação do que deveria ser chamado de “Arquitetura Moderna”. Essa definição estabelecia limites muito rígidos para conceder a um edifício ou a qualquer empreendimento o rótulo de “Arquitetura Moderna”, ao fazê-la corresponder apenas às características de um contexto restrito, aplicável apenas ao seu próprio caso (europeu e industrializado). E assim, deixando de fora de seus domínios, quaisquer manifestações “outras” que – se fosse dada uma definição menos restrita ou mais ampla de “arquitetura moderna” – poderiam ser incluídas.

O fascínio dessa narrativa histórica canônica da “Arquitetura Moderna”, a qual desde sempre ouvimos falar e com a qual lidamos diariamente, sem lhe dar muita atenção crítica, é que nos acostumamos com ela e a naturalizamos de tal maneira que mal percebemos como ela nada tem de natural. Além disso, não percebemos como ela está fundada em um mecanismo estrutural que favorece alguns e exclui quase todos os outros. Essa narrativa historiográfica canônica sobre “Arquitetura Moderna” deu centralidade a apenas um domínio supostamente correto e verdadeiro, exilando precipitadamente todas as outras situações não conformes à categoria de fenômenos aberrantes, a serem considerados, na melhor das hipóteses, como casos curiosos e, frequentemente, como secundários (e não merecedores).

Naquele mesmo momento, percorrendo caminho próprio, a Arquitetura Moderna Brasileira também construía sua narrativa e cânon de autorreconhecimento, permitindo-se ser valorizada e elogiada como um fenômeno

significativo. Um processo que começa muito cedo, já na década de 1930 (COSTA, [1936] 1962), portanto, paralelamente à construção do cânon historiográfico moderno norte-europeu. Ainda assim, o cânon da Arquitetura Moderna Brasileira não se constrói isoladamente, nem conceitualmente, nem pelas vozes que arregimenta, pois contou com o precoce apoio de entusiastas alheios ao seu âmbito nacional e que escolheram providencialmente, por diversas razões, enfatizar e destacar sua importância como uma singularidade internacionalmente notável (GOODWIN, 1943; LARA, 2000). De qualquer forma, e muito frequentemente, sua beleza e especialidade eram comumente exibidas como uma espécie de fenômeno estranho, ambíguo e curioso. Mesmo quando essa arquitetura brasileira moderna e clássica é descrita por estrangeiros de maneira cordial, nunca é exatamente aceita de maneira fraterna: embora o olhar estrangeiro a parabenize, dela mantém cautelosa distância.

Entrecruzada por uma situação de relativa autonomia e de relativa vontade de pertencimento, a construção da narrativa canônica da Arquitetura Brasileira Moderna adotou um certo ânimo diplomático. Embora procurasse afirmar sua particularidade, não se afastava nem se isolava totalmente da (também recentemente construída) outra e mais forte narrativa autoproclamada “universal” da Arquitetura Moderna, de origem norte-europeia, e que em breve se tornaria hegemônica; até mesmo extrai dela algo desse ímpeto, de maneira a melhor posicionar-se. Em lugar de confrontar-se com sua situação histórica contraditória e complexa, escolhe adotar uma solução de compromisso, talvez de equilíbrio instável. Para se estabelecer como um ente, a narrativa historiográfica da Arquitetura Moderna Brasileira implicitamente aceita sua posição excepcional (ou seja, como uma “exceção”), não questionando estruturalmente a narrativa geral da chamada “Arquitetura Moderna”. Embora, na verdade, esta jamais tenha pretendido incluí-la, explícita ou implicitamente.

De qualquer forma, ao não querer entrar em conflito com esse outro cânon, e ao aceitar sua própria condição epifítica, seus protagonistas talvez estivessem menos motivados por suas convicções do que agindo por estratégia. Quando Lúcio Costa invoca o estatuto de “gênio” (COSTA, [1951] 1962) para reafirmar e explicitar a existência e a validade dessa Arquitetura Brasileira Moderna, ele garante sua presença entre aqueles que mundanamente considera como seus pares, evitando confrontos diretos com a barreira, já então quase intransponível, da disparidade de quadros sociais e econômicos, que haviam sido instituídos como o único critério de garantia da primazia e exclusividade da modernidade europeia¹. É até possível que Costa estivesse convencido, já que muitos estudiosos e professores ainda estão, um século depois (quanto a mim, nem tanto!), de que esse estado de centralidade econômica fosse de fato igual e congruente com o status de modernidade, sua condição inescapável e primordial. Tal é o fascínio e a destreza mágica desse cânon que nos mantemos anestesiados, incapazes de percebermos os fatos que contradizem essa interpretação.

O primeiro fato a ser considerado é que não há centralidade econômica sem a existência de seu outro inseparável, a periferia atrasada. Para que essa centralidade exista, deve haver desigualdade e desequilíbrio em outros lugares, permitindo que as forças econômicas ativas se acumulem de um lado, privando os outros lados de sua riqueza. Se é assim, “moderno” não deveria ser uma palavra usada apenas para qualificar um desses lados, mas todo o sistema em que estão inseridos. Por mais que doa aceitar isso, a modernidade é uma condição desequilibrada, desigual, uma relação de forças cujo desequilíbrio não é uma distorção, mas sua própria condição de existência. Usar a palavra “moderno” para destacar somente o lado brilhante, feliz e rico é apenas um truque, e de mau gosto. Com isso em mente, fica mais fácil questionar até que ponto a “Arquitetura Moderna” é um resultado apenas possível numa chamada condição “avançada” de centralidade econômica; ou se, de fato e inevitavelmente, poderá legitimamente ocorrer em qualquer parte do sistema econômico global “moderno”. O segundo fato a ser considerado são os próprios edifícios. Qualquer pesquisa mais abrangente sobre a Arquitetura Moderna do século XX, que não discrimine a posição geográfica da obra e, sim foque nas datas de projeto e construção, descobrirá uma enorme quantidade de interessantes casos em todo o mundo. No Brasil e na América Latina, os lugares que eu conheço melhor, certamente existem muitos dos melhores e mais antigos exemplos. A extensão dessa pesquisa de reconhecimento da modernidade arquitetônica – ou pelo menos de suas manifestações – põe claramente em dúvida a suposição de que a “arquitetura moderna” não poderia existir fora do contexto da centralidade econômica – apenas porque, de fato, existe. Portanto, coloca-se sub judice essa pré-condição ou barreira supostamente insuperável, a partir da qual todas as histórias canônicas “globais” ou “universais” da arquitetura moderna foram desenhadas, incluindo várias revisões recentes e supostamente críticas.

Ao adotar essa linha de raciocínio, algumas questões centrais se abrem, e precisam ser recolocadas sobre a mesa para serem reexaminadas com mais cuidado; e algum tipo de método deve ser proposto para garantir sua validade. Certamente, e novamente, o questionamento de um cânon predominante não é uma tarefa simples. Apenas descobrir que algo não é satisfatório não é suficiente para entender completamente o problema ou, melhor ainda, para transformá-lo. Mesmo o caminho trabalhoso e direto de organizar uma pesquisa mundial, documentando milhares de edifícios anteriormente não reconhecidos, não seria suficiente para desafiar verdadeiramente o panorama. Os cânones são ativos muito poderosos e inerciais, e esse cânon em particular, erguido com base em privilégios e exclusões, ainda prevalece em pleno vigor – pelo menos, até que seja devidamente questionado, como apontado por Waisman (2013); Zein (2019) e Heller (2016).

3 Reconhecimento do Cânon: um método possível

A construção de ambas as narrativas canônicas – a geral, dita “universal” (na verdade, de enfoque norte-europeu), e a particular, dita “brasileira” (na verdade, uma generalização partindo de uma base específica e limitada) – é um evento histórico datado. Mas como sua prevalência é ainda onipresente hoje em dia, também se trata de uma questão atual. Essa condição dupla de historicidade/atualidade as tornam um assunto complexo para se abordar de maneira abrangente e sistemática. Além disso, a natureza difusa do cânon nos deixa pouco conscientes de sua presença e, por sua virtual invisibilidade, tendemos a confiar, frequentemente, em seus mandatos e limites, ainda que apenas por falta de opção. Como um cânon raramente é evidente como “cânon”, a primeira tarefa a realizar seria reconhecer adequadamente sua existência como tal. Embora seja a primeira, não é necessariamente mais importante que outras questões implícitas ao caso; apenas que se requer que seja prévia, em uma abordagem metodológica sistemática, de maneira a estabelecer uma base estável e adequada antes de se poder avançar de maneira apropriada.

Um recurso capaz de estabelecer o que é o cânon, ou pelo menos, o que ele contém, é a documentação sistemática de todos os “exemplos” canônicos que tenham sido repetidamente incluídos em todas as fontes escritas disponíveis. Isso pode ser feito simplesmente registrando todos os edifícios mencionados, suas datas de projeto/construção, seus locais e programas, seus autores, com que frequência eles aparecem, em que parte da cronologia e periodização adotada por cada texto os edifícios e seus autores são considerados, etc. Como uma pesquisa absolutamente completa sobre todos os textos existentes não é viável, é necessário escolher uma amostragem experimental suficientemente abrangente, dando preferência aos casos suficientemente complexos. Para garantir sua representatividade, a amostragem deve incluir livros e publicações mais facilmente acessíveis e disponíveis em bibliotecas técnicas, livrarias e recursos online; para garantir sua abrangência, deve-se dar preferência aos textos mais panorâmicos. Todos os dados extraídos dessas fontes devem ser organizados em tabelas e gráficos, um recurso muito útil ao se lidar com grandes quantidades de dados, trazendo a possibilidade de visualizar e analisar simultaneamente vários fatos e números que, caso contrário, não seriam tão facilmente percebidos.

A quantificação dos “exemplos canônicos” é proposta como um dispositivo para ajudar a abrir algumas possibilidades de reexame do assunto do “cânon” pelo reverso da trama, em vez de ler esses textos de maneira cartesiana (isto é, de acordo com a ordem de suas razões). Ao lidar com os livros mais prestigiados e conhecidos, convém olhar para eles garantindo algum tipo de estranhamento na abordagem, de maneira a permitir o surgimento de novas percepções e questionamentos a partir de um ponto de vista atualizado. A estrutura narrativa de um livro é mais facilmente compreendida e exposta examinando-se seu avesso. Ou seja, buscando entender sistematicamente como essa narrativa foi construída, quais restrições e vantagens cada autor pode ter encontrado em sua respectiva trama, vis-à-vis sua aderência e/ou contraposição ao ‘cânon’. Além disso, deve-se considerar de que maneira cada autor/a optou por privilegiar e apresentar, na estrutura de sua narrativa, as obras “canônicas”, como são mencionadas, distribuídas e equilibradas em sua linha do tempo e periodização narrativa – entre outras possibilidades analíticas, que podem ser facilitadas pela pesquisa quantificada.

A comparação de estruturas e citações, de um autor para outro, ajuda a entender se e quanto o “cânon” (ou a lista de exemplos canônicos) foi estabelecido, como é sua recorrência, se e como mudou com o tempo, e assim por diante. E, para realmente reconhecer o que um cânon diz, é também importante estar ciente do que ele não diz: as ausências são tão significativas para entender o quadro estrutural (e os preconceitos) de um livro canônico, como as presenças. Por fim, é importante ressaltar que a quantificação é apenas um passo metodológico: não é um fim em si mesma, mas um meio para atingir um fim, que seria o reconhecimento e, posteriormente, o questionamento da construção de estruturas e discursos canônicos. Como mencionado acima, o objetivo da pesquisa é abrir a possibilidade de ativar mudanças consistentes e reais em prol de uma “história da arquitetura global” verdadeiramente ampla e abrangente. Para isso, é necessária uma mudança mais profunda: não basta propor a adição de algumas “inclusões” táticas. A inclusão oportunista de alguns autores ou obras, pinçados aqui e ali pelas ondas das modas lançadas por escolas e museus de arquitetura espertos, do panorama mundial, frequentemente atua como um reforço do cânon existente, ao imitar seus procedimentos de prestígio/privilégio. O que deve ser feito, para se promover uma mudança profunda, é encontrar maneiras de reconsiderar o que é ou o que pode ser considerado “significativo”. E isso só será possível revelando, primeiro, os enredos e valores ocultos que enraízam e apoiam os discursos canônicos atuais.

4 Reconhecimento do Cânon: o caso brasileiro

A narrativa canônica da Arquitetura Brasileira Moderna tem notável consistência e duração no tempo, e é provavelmente um dos únicos casos “regionais” que fornecem, pelo menos, uma dúzia de textos críticos panorâmicos bem conhecidos, escritos por diferentes autores ao longo de quase um século. Sua precocidade e longevidade a torna um caso interessante para um estudo sistemático experimental, como um primeiro passo

para se obter algumas ideias significativas sobre o tema de como são estabelecidos e mantidos os cânones. Por seus discursos iniciais terem sido propostos quase simultaneamente aos das principais narrativas de arquitetura moderna “internacionais”, baseadas na Europa, é também um ponto de partida apropriado propor a possibilidade de comparações internacionais e de, finalmente, ajudar a pôr em questão a elaboração de narrativas canônicas “gerais” sobre arquitetura moderna².

	LIVRO	AUTORES	EDITORAS	1ª EDIÇÃO
1	<u>Brazil Builds. Architecture new and old. 1652-1942</u>	<u>Goodwin, P. L.</u>	New York: MoMA	1943
2	<u>Latin America Architecture since 1945</u>	Hitchcock, H. R.	New York: MoMA	1955
3	<u>Modern Architecture in Brazil</u>	Mindlin, H. E.	Rio de Janeiro: Colibris	1956
4	Arquitetura contemporânea no Brasil (1969)	<u>Bruand, Y.</u>	São Paulo: Perspectiva	1981
5	Arquiteturas no Brasil 1900-1990	<u>Segawa, H.</u>	São Paulo: Edusp	1997
6	Brasil: Arquiteturas após 1950	Bastos, M. A. J.; <u>Zein, R. V.</u>	São Paulo: Perspectiva	2010
7	<u>Latin America in Construction</u>	<u>Bergdoll, B.;</u> <u>Comas, C. E. D.;</u> <u>Liernur, J. F.;</u> <u>Del Real, P. (org.).</u>	New York: MoMA	2015
8	Infinito Vão. 90 anos de arquitetura brasileira	<u>Serapião, F.;</u> <u>Wisnik, G. (org.).</u>	São Paulo: Monolito	2019

Tabela 1: Livros/Catálogos selecionados da Arquitetura Moderna Brasileira. Fonte: Ruth Verde Zein, 2019.

O ponto de partida deste estudo crítico sobre narrativas canônicas da arquitetura brasileira moderna foi a escolha de uma seleção relativamente restrita, mas ainda assim ampla, de livros sobre arquitetura brasileira moderna de abrangência panorâmica, a fim de melhor concentrar e organizar os esforços de pesquisa. A seleção proposta (Tabela 1) inclui oito livros e/ou catálogos de exposições publicados em décadas diferentes. No entanto, todos eles ainda são atualmente bastante acessíveis, estando disponíveis em livrarias, na maioria das bibliotecas universitárias, às vezes com versões on-line digitalizadas, fáceis e legalmente acessíveis; e por esses motivos, são frequentemente adotados como livros básicos nos programas de educação em arquitetura. Além desses critérios, a seleção também buscou abranger um número mínimo significativo de livros, para efetivamente dar à pesquisa uma suficiente representatividade. Outros livros que têm uma relação muito próxima com os autores/discursos escolhidos não foram incluídos, para evitar redundância. Como a pesquisa incluirá todos os trabalhos mencionados em cada livro, a seleção dos livros não incluiu textos conceituais ou teóricos, dando preferência aos livros panorâmicos (temporal e geograficamente), centrados na exposição de obras. A pesquisa também está considerando, de maneira mais qualitativa, uma variedade muito mais ampla de livros, artigos, depoimentos etc., que são chamados ocasionalmente ao debate para considerar, confirmar ou reafirmar a presença do próprio cânão e/ou seus vazios significativos.

Neste momento³, a pesquisa já organizou uma pesquisa preliminar de todos os edifícios e autores mencionados em todos e cada um desses livros. Atualmente, a planilha resultante está sendo revisada para confirmar sua consistência e resolver pequenas discrepâncias⁴. Alguns dos resultados parciais podem ser observados nas Figuras 1 a 5.

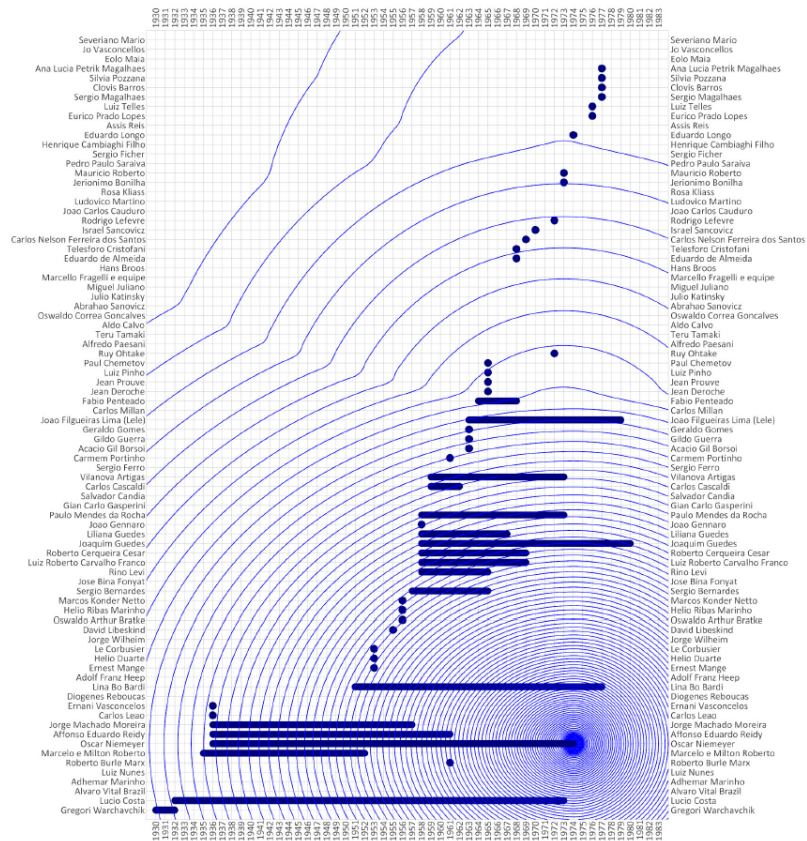


Fig. 1: Número de citações de cada arquiteto x linha do tempo, Livro 7 (BERGDOLL et al., 2015). Fonte: Ruth Verde Zein, André Balsini e Ernesto Bueno Wills, 2019.

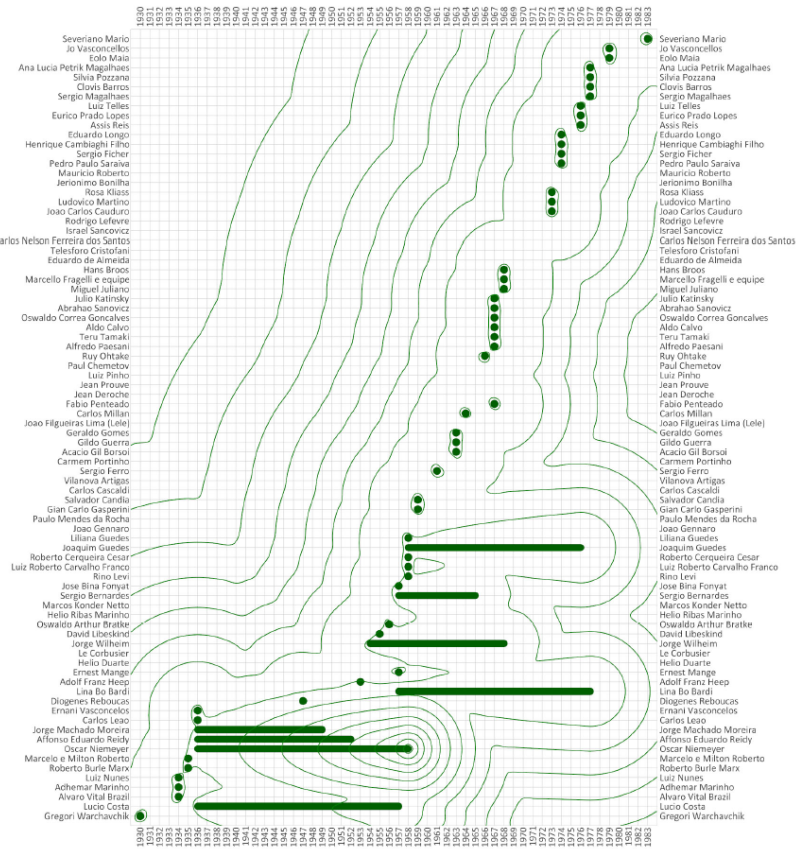


Fig. 2: Número de citações de cada arquiteto x linha do tempo, Livro 8 (SERAPIÃO, WISNIK, 2019). Fonte: Ruth Verde Zein, André Balsini e Ernesto Bueno Wills, 2019.

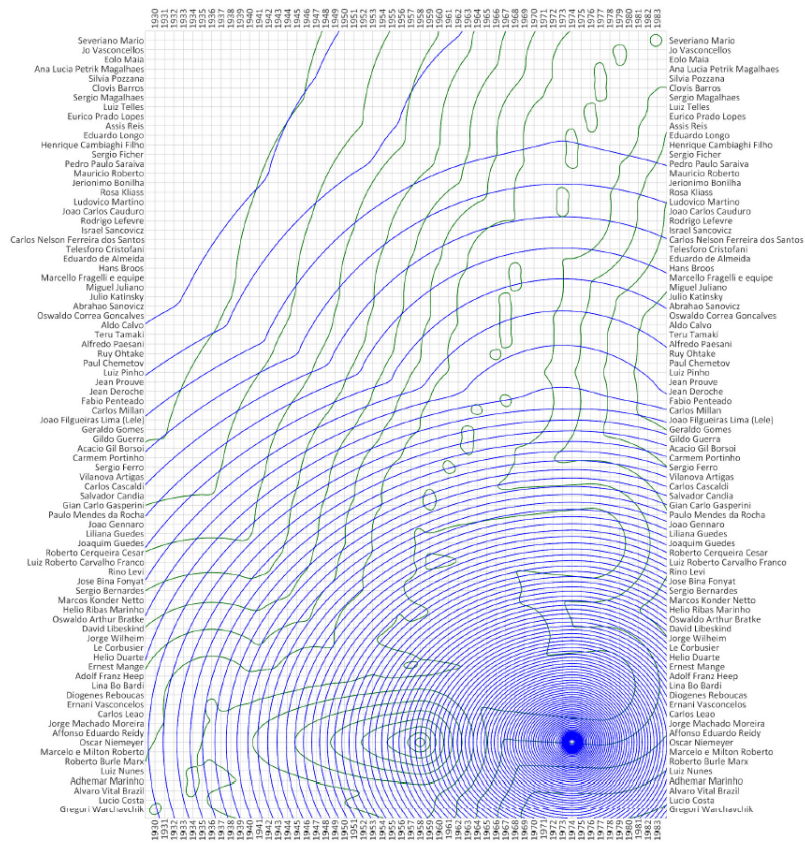


Fig. 3: Número de citações de cada arquiteto x linha do tempo, superposição, Livros 7 e 8. Fonte: Ruth Verde Zein, André Balsini e Ernesto Bueno Wills, 2019.

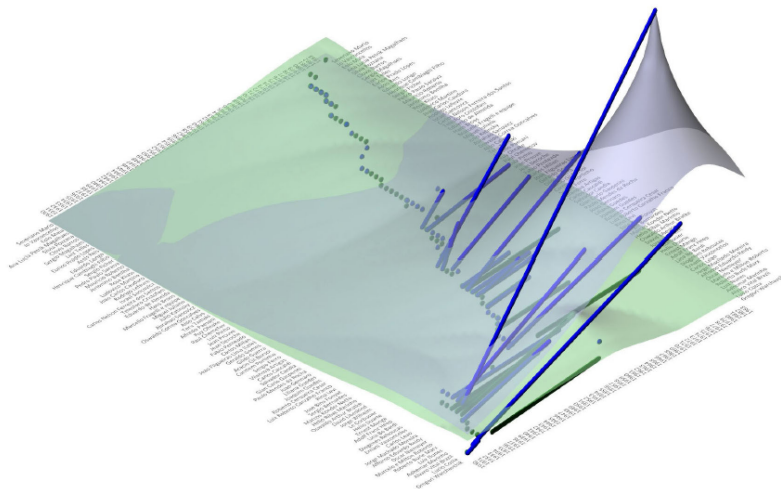


Fig. 4: Diagrama isométrico, superposição (Livros 7 e 8); cada barra mostra as citações de cada arquiteto ao longo da linha do tempo. Fonte: Ruth Verde Zein, André Balsini e Ernesto Bueno Wills, 2019.

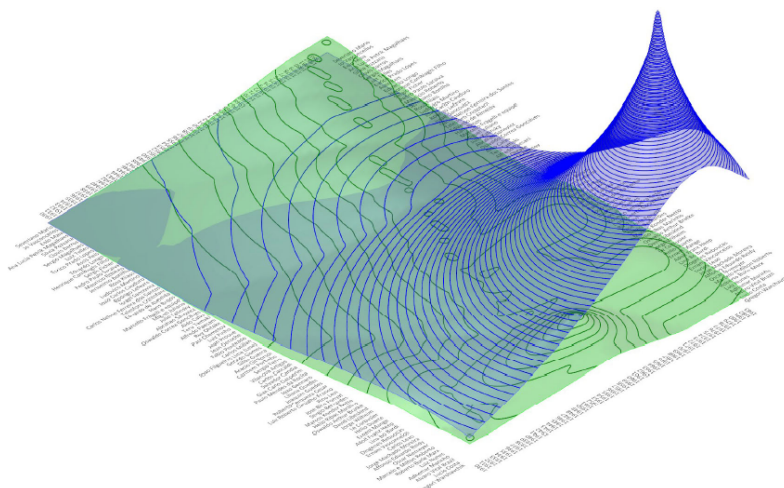


Fig. 5: Diagrama isométrico, superposição (Livros 7 e 8), curvas de nível resultantes. Fonte: Ruth Verde Zein, André Balsini e Ernesto Bueno Wills, 2019⁵.

Embora a pesquisa ainda esteja em andamento e os resultados não estejam completamente sistematizados, seu exame já permitiu a elaboração de várias hipóteses de trabalho interpretativas, ou inferências preliminares. A pesquisa segue realizando o minucioso exame de cada livro, verificando seu conteúdo, como é distribuído pelas décadas que cada publicação abrange, quais regiões e cidades do Brasil são citadas, quais edifícios e autores se destacam, como esses destaques são tratados – entre muitos outros aspectos.

Uma das primeiras descobertas em destaque é o quanto essas “narrativas canônicas” da Arquitetura Brasileira Moderna apresentam aparência semelhante – ou seja, se apresentam com um alto grau de repetitividade, elogiando os mesmos edifícios e repetindo as mesmas histórias, uma e outra vez. Por outro lado, esse aparente uníssono é menos rígido do que parece à primeira vista – e os gráficos sistemáticos contendo todas as informações básicas coletadas são um dispositivo muito útil para entender melhor essa contradição. A par das semelhanças, há também diferenças significativas de um livro para outro. Como sempre, as diferenças são importantes, e precisam ser cuidadosamente consideradas (em vez de serem varridas para debaixo do tapete para favorecer um enredo “mais puro”). O exame do conteúdo dos gráficos preparados com os dados ajuda a perceber que o conjunto de discursos que validam narrativas canônicas sobre a “Arquitetura Brasileira Moderna” e as obras selecionadas para reiterá-la não permanecem completamente estáticos ao longo do tempo, e nesses oito livros selecionados. Mesmo quando as mesmas obras são mencionadas há variações – às vezes sutis, às vezes significativas – de um livro para outro, de um catálogo para outro. Pode-se dizer que a construção do que aqui é rotulado como constituindo o cânon da “arquitetura brasileira moderna”, embora apresente alto grau de consistência, deixa espaço para variações e até conflitos. No entanto, a presença constante e a citação da mesma quantidade significativa de obras exemplares (e, a propósito, magníficas⁶), cuja apresentação é sempre profundamente enfática, ajuda a eludir a percepção dessas alterações, reforçando a sensação de uma aparente homogeneidade. Uma característica que tende a apoiar a ideia idealista de que existe uma concordância feliz entre todas as vozes. E que promove a percepção, dentro e fora do Brasil, de que uma arquitetura brasileira unificada, “moderna e nacional”, unívoca e contínua, que se desdobra quase ao longo de uma “linha reta” de desenvolvimento, está em vigor desde sempre e para sempre. Essa é, obviamente, uma construção historiográfica problemática. Como nada permanece o mesmo depois de um século, a prevalência de um único paradigma é uma anomalia curiosa, que só é possível sustentar por meio da eliminação, desconsideração e esquecimento sistemático de qualquer outra coisa que não seja o que a corrobora.

Os cânones são definidos por sua (às vezes mítica) construção e mantidos pela inércia que esta lhes provê; este é provavelmente um interessante exemplo disso. Por isso, a consideração e compreensão das diferenças é muito importante e necessária para se superar a imobilidade inercial do cânon. Cada diferença, ou “anomalia”, deve ser apreciada em detalhe, juntamente com as informações mais gerais e recorrentes, prestando uma atenção especial, em cada narrativa, à forma como os fios da trama são dispostos, como suas posições e importância relativas são traçadas, como os fios da urdidura são tecidos e como todas essas estruturas conceituais são construídas, atribuindo diferentes papéis a cada parte do quebra-cabeças da trama de cada livro.

Obviamente, o estabelecimento de um conhecimento histórico envolve a construção de séries documentais. Menos óbvia é a atitude que o historiador deve assumir em relação às anomalias que surgem na documentação [...]. Qualquer documento, mesmo o mais anômalo, pode ser inserido em uma série. Além disso, se analisado adequadamente, pode lançar luz sobre séries documentais ainda mais amplas. (GINZBURG et al., 1993, p. 21).

No caso da “Arquitetura Brasileira Moderna”, o cânon parece ter sido modelado sobre uma suposição implícita: a convergência e homogeneidade de pensamento e ação entre todas as personagens, como garantia e prova da existência de uma peculiar “maneira brasileira de Arquitetura Moderna”. Essa unidade, proximidade e homogeneidade parece existir e ser comprovada nos livros canônicos. Mas isso só é possível porque uma realidade muito mais ampla é reduzida e cortada fora. Ainda que exista, tal unidade só pode se manter por um certo tempo. Mas, embora breve e limitada no tempo e no espaço, sua existência suporta o cânon, fornecendo uma sensação de segurança e credibilidade. Essa aparente unidade é também o resultado de uma política de exclusão e essa homogeneidade é obtida selecionando o que é permitido que seja visível.

A definição canônica ou a delimitação do que pode ser aceito como pertencente ao cânon da Arquitetura Brasileira Moderna foi estruturada a partir de um recorte estilístico. Essa não é uma característica incomum, pois sua prevalência na historiografia já foi apontada por Sarah Williams Goldhagen (2005), quando considera os discursos sobre “Arquitetura Moderna” (em especial, os discursos europeus e suas derivações). Embora seja legítimo postular recortes estilísticos ao criar narrativas históricas sobre arte e arquitetura – um recurso

com uma tradição ampla e bem estabelecida –, uma abordagem estilístico formal mantém sua legitimidade apenas quando se considera um período de tempo relativamente curto. Ademais, qualquer definição estilística sugerindo a existência de uma unidade, homogeneidade ou, pelo menos, proximidade (ou “escola”) sempre será uma construção conceitual precária e tensionada. Mesmo que possa ser aplicada a um coletivo de exemplos, não se mantém necessariamente adequada para sempre, com o passar do tempo e/ou ao se considerar outros lugares. Postular uma unidade estilística que abranja todas as manifestações da “Arquitetura Brasileira Moderna” ao longo de um século é provavelmente uma hipérbole. À medida em que as décadas passam, o mundo, historiadores e arquitetos mudam, novas demandas são arregimentadas a cada ocasião, divergindo em novas manifestações, a arquitetura também muda. O que é único, neste caso, não é que tudo no mundo esteja mudando, mas que, apesar de todos estarmos cientes da instabilidade do mundo, a narrativa canônica da arquitetura moderna brasileira segue constante, apresentando-se com uma quase imutável continuidade. Ou, no mínimo, um retorno – considerando que ainda é prevalente no último livro publicado examinado na seleção inicial desta pesquisa (Livro 8, (SERAPIÃO, WISNIK, 2019), cf. Tabela 1).

Por outro lado, o estabelecimento de um cânon é um ato constituído como monumento de si mesmo, remando contra a corrente do fluxo temporal. Paradoxalmente, é precisamente a presença de um cânon estabelecido que pressiona e colabora para sua perpetuação – não apenas nos discursos, mas também na prática profissional, ao estimular, nos atos e pensamentos de cada nova geração, a vontade de “pertencer” a uma “tradição”, fabricada, mas fascinante. No entanto, como a mudança é inevitável, o que pode estar ocorrendo, sob o manto do cânon, na arquitetura brasileira contemporânea, são laços com o passado tanto de continuidade como de alteridade. Desde a década de 1930 até hoje, há diferenças evidentes; se estas não são de fato reconhecidas ou admitidas não é porque não estão lá, mas porque estão sendo tornadas invisíveis pela adesão acrítica a um discurso canônico passado. Talvez esse grau de cegueira seletiva de autores, leitores, professores e críticos sobre as diferenças constantemente crescentes entre as características da arquitetura brasileira moderna e contemporânea ocorra porque todos estamos escolhendo enfatizar as semelhanças, não as diferenças. E isso é, novamente, talvez uma maneira metodologicamente correta de demonstrar claramente a existência implícita e/ou a presença de um cânon.

As diferenças sutis, mas poderosas, que ocorrem ao longo do tempo e do espaço, e de uma fonte bibliográfica a outra, levantam uma questão adicional. Existe um cânon – mas, quando examinado profundamente, percebe-se que sua reiteração não é perfeita, não mantém sua consistência de maneira estrita, está sendo ingurgitado pela admissão de novas obras e também apresenta algumas diferenças, caso a caso. Existe um cânon – mas não é tão uníssono quanto parece, pois há mudanças, ainda que pequenas. Como essas mudanças ocorrem? E se elas existem, existe ainda um cânon? Ou este foi anulado, mas segue sobrevivendo pela força da vontade, como o Cavaleiro Inexistente de Calvino? Em todo caso, ao se considerar o que é um “cânon”, ou como ele se apresenta, a pergunta não é por que as mudanças ocorrem, mas o que acontece para que acreditemos que elas não estejam ocorrendo.

O interesse, a singularidade e a surpresa de se estudar profundamente o caso historiográfico da arquitetura moderna brasileira é que ele nos ajuda a perceber de que maneira a ideia de uma suposta unidade da “arquitetura moderna brasileira” se mantém inabalável. Segue sendo chamada à arena, de novo e outra vez, em todas as ocasiões, pelo menos há oito décadas; e ainda permanece ativa no século XXI – provavelmente, fomentada pelo forte desejo de percebê-la como uma unidade. Assim, mesmo se parcial, a reiteração e repetição de enredos e diretrizes, com poucas variações, passíveis de serem observados na amostragem de oito livros, selecionados pela pesquisa, ajudam a demonstrar a existência de uma narrativa canônica. É um fenômeno extraordinário – embora, provavelmente e finalmente, insustentável.

5 Como conclusão (ainda em construção)

O processo sistemático de reconhecimento de um cânon prevalente deve ser seguido de uma crítica adequada à sua própria estrutura. Para isso, é crucial construir instrumentos conceituais e metodológicos que fomentem caminhos mais inclusivos, contemporaneamente orientados, de maneira a estimular a possibilidade de desenvolvimento de outras estruturas narrativas historiográficas. Assim, a pesquisa em desenvolvimento não é apenas um estudo de caso particular, mas uma tentativa de estabelecer uma estrutura teórica e metodológica que possa ser útil para outras pesquisas de tipo semelhante. Por outro lado, o estudo sistemático dessa bibliografia também pretende se organizar como ferramenta metodológica para ajudar a verificar se a possibilidade de construção de “novas” estruturas narrativas já existentes, e pode ser encontrada, embora em estado inicial e/ou potencial, nas tentativas mais contemporâneas (século XXI) de se estabelecer uma “história global mais inclusiva”⁷; ou ainda, se comparece em alguns dos livros canônicos existentes, ainda que apenas nas suas fendas e fraturas.

Em todo caso, o objetivo desta pesquisa não é apagar ou eliminar o cânon predominante, mas, antes de tudo, aumentar a conscientização de sua existência, a fim de permitir seu questionamento e, possivelmente, promover o surgimento de diferentes possibilidades. As etapas metodológicas da pesquisa, como aqui

propostas, não são motivadas pela arrogância de ignorar ou desconsiderar o acúmulo de conhecimentos disponibilizados pelos escritos canônicos existentes, ainda que sejam incompletos e/ou tendenciosos. Afinal, eliminar qualquer tipo de "cânon" talvez seja uma tarefa impossível, fadada ao fracasso, pois o estabelecimento e a propagação de um cânon pode ser uma ferramenta inevitável e/ou recorrente na pesquisa de campos profissionais baseados na prática – como, por exemplo, em arquitetura (FOQUÉ, 2010). Por enquanto, o objetivo imediato é, pelo menos, promover uma consciência mais geral das limitações prevalentes do cânon; e, na melhor das hipóteses, promover sua extensão, modificação e renovação.

Agradecimentos

Este artigo traz o estado da arte de um esforço de pesquisa de longo prazo que está em desenvolvimento há algum tempo, juntamente com vários projetos de pesquisa coordenados pela autora, alguns dos quais ainda em andamento. Também teve a contribuição, na forma de debate e questionamento criativo, de colegas pesquisadores/as e professores/as e a participação de estudantes de graduação e pós-graduação e de orientandas de doutorado desta autora, em palestras, aulas, estúdios e oficinas de pesquisa sobre o tema da revisão historiográfica da arquitetura moderna e contemporânea. Desejo expressar meus agradecimentos a todos/as. Mais especialmente aos meus colegas da Pontifícia Universidade Católica de Santiago do Chile por me convidarem a participar, como líder local, da pesquisa "Debate teórico e construção histórica. A herança arquitetônica da modernidade no Chile e no Brasil" (CONICYT-Chile. Programa de Cooperación Internacional. Apoyo a la Formación de Redes Internacionales entre Centros de Investigación. REDES 170046: "Theoretical debate and historical construction. The architectural heritage of the modernity in Chile and Brazil") e os colegas do Doutorado em História da Arquitetura da Universidade do Texas, em Austin (Missão PRINT/UPM 2020). Meus estudos também tiveram o apoio do CNPq (Produtividade em Pesquisa 1D, 2018-21) e Mackpesquisa (Arquitetura Moderna no Brasil e América Latina, análises historiográficas, 2020).

Referencias

BASTOS, M. A. J.; ZEIN, R. V. **Arquiteturas no Brasil após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

BERGDOLL, B.; COMAS, C. E. D.; LIERNUR, J. F.; DEL REAL, P. (org.). **Latin America in Construction**. New York: MoMA, 2015.

BONTA, J. P. **Architecture and its interpretation, A study of expressive systems in architecture**. New York: Rizzoli, 1977.

BOZDOGAN, S. Architectural History in Professional Education: Reflections on Postcolonial Challenges to the Modern Survey. **Journal of Architectural Education**, v. 52, n. 4, p. 207-215, maio 1999.

BRUAND, Y. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

COSTA, L. Depoimento de um arquiteto carioca. In: XAVIER, A. (org). **Lucio Costa**: sobre Arquitetura. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962, p. 169-201.

COSTA, L. Razões da Nova Arquitetura. In: XAVIER, A. (org). **Lucio Costa**: sobre Arquitetura. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura, 1962, p. 17-41.

FOQUÉ, R. **Building Knowledge in Architecture**. Brussels: University Press Antwerp, 2010.

GINZBURG, C.; TEDESCHI, J.; TEDESCHI, A. Microhistory: two or three things that I know about it. **Critical Inquiry**, v. 20, n. 1, p. 10-35, Outono 1993.

GOLDHAGEN, S. W. Something to Talk about: Modernism, Discourse, Style. **Journal of the Society of Architectural Historians**, v. 64, n. 2, p. 144-167, jun. 2005.

GOODWIN, P. L. **Brazil Builds**: architecture new and old 1652-1942. New York: The Museum of Modern Art, 1943.

GÜREL, M. Ö.; ANTHONY, K. H. The Canon and the Void: Gender, Race, and Architectural History Texts. **Journal of Architectural Education**, v. 59, n. 3, p. 66-76, fev. 2006.

HELLER, A. **A theory of history**. New York: Routledge, 2016.

JAMES-CHAKRABORTY, K. **Architecture since 1400**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

JENCKS, C. Canons in Crossfire. **Harvard Design Magazine**, n. 14, p. 43-49, Verão 2001.

LARA, F. L. Espelho de fora. Arquitetura brasileira vista do exterior, **Arquitextos/ Vitruvius [online]**. Ano 1, n. 4.7, set. 2000. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.004/986>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

LARA, F. L. **Urbis Americana**: Thoughts on our shared (and exclusionary) traditions. In: FREIRE-MEDEIROS, B.; O'DONNELL, J. (org.). *Urbis Americana: Thoughts on our shared (and exclusionary) traditions*. London: Routledge, 2018, p. 10-15.

LEATHERBARROW, D. What Goes Unnoticed. **Harvard Design Magazine**, n. 14, p. 16-23, Verão 2001.

LIPSTADT, H. Learning from Saint Louis. **Harvard Design Magazine**, n. 14, p. 4-15, Verão 2001.

MINDLIN, H. E. **Modern Architecture in Brazil**. Rio de Janeiro: Colibris, 1956.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1997.

SERAPIÃO, F.; WISNIK, G. (org.). **Infinito Vão**: 90 anos de arquitetura brasileira. São Paulo: Monolito, 2019.

TORRENT, H. "O sonho e a realidade": unidad estilística y dispersion urbana. In: ZEIN, R. V. (org.). **Caleidoscópio concreto**: Fragmentos de arquitetura moderna em São Paulo. São Paulo: Romano Guerra, 2017, p. 379-414.

WAISMAN, M. **O interior da história**: Historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

ZEIN, R. V. **Critical Readings**. Austin: São Paulo: Platform Nhamerica & Romano Guerra, 2019.

1 Esse argumento é desenvolvido nos escritos anteriores da autora, por exemplo Zein (2019).

2 Se o tempo e a vida permitirem, o segundo passo será considerar as narrativas canônicas da arquitetura moderna da América Latina, antes de me aventurar em uma pesquisa sistemática sobre todo o mundo.

3 Fevereiro de 2020. As planilhas consolidadas, os gráficos interpretativos resultantes desses dados e vários artigos teóricos propondo diferentes interpretações e considerações, a serem escritos pelos membros da pesquisa e convidados/as serão reunidos em um livro, a ser publicado em 2021.

4 Por exemplo, o mesmo edifício ocorrendo com nomes, ou autores, ou datas de projeto e conclusão da obra diferentes, ou ainda discrepâncias em outras informações básicas sobre sua identificação.

5 Todas as figuras foram concebidas e desenhadas de acordo com os parâmetros da pesquisa pelos estudantes de doutorado André Balsini e Ernesto Bueno Wills, durante as atividades de pesquisa da disciplina de pós-graduação "Arquitetura Moderna e Contemporânea no Brasil e Ibero-América", coordenada pela autora em 2019 (PPGAU-UPM).

6 Não precisa ser dito, mas ainda assim, melhor dizer. A questão aqui posta não é a de difamar nem os chamados edifícios canônicos, nem seus autores, nem os historiadores que organizaram esses livros. Pessoalmente, sou uma ardente admiradora da maioria desses edifícios. Visitei, elogiei, escrevi e estudei a maioria deles, para meu prazer e iluminação. Esta pesquisa é um esforço teórico para tentar esclarecer quais são as narrativas canônicas do século XX sobre Arquitetura Moderna e como devemos agir para favorecer a consecução de abordagens contemporâneas, do século XXI, sobre esse assunto. A pesquisa não se posiciona contra as obras consideradas canônicas, e sim contra algumas narrativas desatualizadas, mas incrustadas no ensino e na prática da arquitetura, e que podem estar atrapalhando o caminho em prol de uma adequada mudança de perspectiva.

7 Como, por exemplo, no interessante livro "Architecture since 1400" (JAMES-CHAKRABORTY, 2014).